

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S.A.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A - CEASA/CE
CNPJ: 07.029.051/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 2019. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

	31/12/2019	31/12/2018	*** Passivo ***	9.405.195,36	9.096.143,22
*** Ativo ***	9.405.195,36	9.096.143,22	Passivo Circulante	2.727.310,96	2.947.891,99
Ativo Circulante	4.709.068,84	4.299.640,58	Obrigações de Curto Prazo	2.727.310,96	2.947.891,99
Disponibilidades	1.441.335,74	1.762.563,22	Fornecedores	950.134,32	1.156.565,93
Bancos	1.441.335,74	1.762.563,22	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	1.204.879,81	1.203.021,76
Clientes	2.198.987,94	3.394.950,14	Consignações a Recolher	60.004,70	51.648,92
Clientes Nacionais	4.243.057,91	3.394.950,14	Adiantamento de Clientes	741,62	0,00
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD	2.044.069,97	0,00	Provisões	356.855,44	534.700,78
Créditos	879.205,72	620.375,98	Dividendos e Participação nos Lucros	154.695,07	1.954,60
Créditos com Terceiros	879.205,72	620.375,98	Passivo não Circulante	1.742.636,50	1.620.273,53
Estoques	189.539,44	269.135,09	Obrigações de Longo Prazo	1.726.061,28	1.610.771,68
Estoques em Estabelecimentos Próprios	189.539,44	269.135,09	Caução	41.151,60	0,00
Contas Retificadoras	0,00	1.747.383,85	Empréstimos de Sócios/Acionistas		
(-) Contas Retificadoras	0,00	1.747.383,85	Não Administradores	1.610.771,68	1.610.771,68
Ativo Não Circulante	4.696.126,52	4.796.502,64	Provisões	74.138,00	0,00
Investimentos	42.915,89	42.915,89	Receitas Diferidas	16.575,22	9.501,85
Participações	4.356,89	4.356,89	Receitas Diferidas	16.575,22	9.501,85
Investimentos Decorrentes de Incentivos Fiscais	38.559,00	38.559,00	Patrimônio Líquido	4.935.247,90	4.527.977,70
Imobilizado	4.653.210,63	4.753.586,75	Capital Realizado	823.759,00	823.759,00
Bens em Operação	11.681.721,23	12.267.997,68	Capital Social	823.759,00	823.759,00
(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	7.028.510,60	7.514.410,93	Reservas	3.401.167,97	3.605.730,65
			Reservas	3.401.167,97	3.605.730,65
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	246.235,73	246.235,73
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	246.235,73	246.235,73
			Lucros ou Prejuízos Acumulados	464.085,20	147.747,68
			Lucros ou Prejuízos Acumulados	464.085,20	147.747,68

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2019 a 31/12/2019
(+) Receita Bruta Operacional	23.583.307,67	24.497.338,18
Prestação de serviços	23.583.307,67	24.497.338,18
Receita de Serviços	23.583.307,67	24.497.338,18
Receitas operacionais	23.583.307,67	24.497.338,18
(-) Deduções da Receita	1.345.331,58	1.587.183,42
Deduções da Receita	1.345.331,58	1.587.183,42
(=) Receita Líquida	22.237.976,09	22.910.154,76
(-) Custo Serviços Prestados	9.144.019,84	9.421.828,08
Custo dos Serviços Prestados	9.144.019,84	9.421.828,08
(=) Lucro Bruto	13.093.956,25	13.488.326,68
(-) Despesas Operacionais	13.464.851,43	12.070.076,83
Despesas Administrativas	13.598.989,83	12.242.631,37
Despesas Tributárias	0,00	0,00
Resultado Financeiro	134.138,40	172.554,54
Receita financeira	219.724,81	254.864,95
Despesas Financeiras	(85.586,41)	(82.310,41)
(-) Outras Receitas e Outras Despesas	(2.391,88)	(352.788,04)
Outras Receitas	20.895,00	1.000,00
Outras Despesas	23.286,88	353.788,04
(=) Res. Antes das Participações e Contrib.	(373.287,06)	1.065.461,81
(-) Participações e contribuições	(281.463,19)	0,00
Participações e contribuições	(281.463,19)	0,00
(=) Res. Antes Imp. Renda e Contrib. Social	(654.750,25)	1.065.461,81
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro	104.927,58	124.592,17
Contribuição Social Sobre o Lucro	104.927,58	124.592,17
(-) Imposto de Renda	269.465,50	322.089,37
Imposto de Renda	269.465,50	322.089,37
(=) Resultado Líquido do Exercício	(1.029.143,33)	618.780,27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REALIZADA EM 31/12/2019 E 2018 (Valores Expressos em Reais)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	618.780	(1.029.142)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
LUCRO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	618.780	(1.029.142)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2019 E 2018 (Valores Expressos em Reais)

	Capital Social	Res. de Capital	Reserva Legal	Reserva Estat.	Reserva p/Cont.	Res. p/ Expansão	Ajustes de Avaliação Patrom.	Lucros ou Prej. Acum.	Reserva de Lucros Retidos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	823.759	465.806	164.751	40.533	-	2.877.826	252.286	938.211	-	5.563.171
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.029.143)	-	(1.029.143)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	(6.050)	-	-	(6.050)
Reserva para Contingências Futuras	-	-	-	-	56.815	-	-	(56.815)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	823.759	465.806	164.751	40.533	56.815	2.877.826	246.236	(147.748)	-	4.527.978
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	618.780	-	618.780
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	(147.748)	-	147.748	-	-
Transferência para Provisão	-	-	-	-	(56.815)	-	-	-	-	(56.815)
Proposta da Administração para Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrig. (nota 15 (d))	-	-	-	-	-	-	-	(154.695)	-	(154.695)
Constituição da Res. Legal (nota 15 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros Retidos (nota 15 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(464.086)	464.086	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	823.759	465.806	164.751	40.533	-	2.730.078	246.236	0	464.087	4.935.248

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)





CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A - CEASA/CE
CNPJ: 07.029.051/0001-95

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019 (Em Reais)

1. Informações gerais

Senhores Acionistas, Conselheiros e Diretores apresentamos as demonstrações contábeis da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA CE. relativo ao exercício de 2019, com observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76 e suas alterações. A CEASA/CE é responsável pela segurança alimentar e pelo abastecimento de todo o Estado do Ceará e parte dos estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Reforçando sua linha de atuação, desenvolve esforços na direção do pequeno produtor rural, com objetivo definido de melhorar sua renda e qualidade de vida. Além disso, participa ativamente da capacitação do produtor na atividade de comercialização de hortigranjeiros com ênfase na padronização, classificação e embalagens de produtos, estimulando ainda o seu agrupamento em associações.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação - As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, e também de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC para Pequenas e Médias Empresas e resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e as demais práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Esse fato também exige que a administração da empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das Demonstrações Contábeis, a Sociedade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Moeda funcional - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em reais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes permissionários e autorizados, através da celebração do Termo de Permissão Remunerada de Uso - TARU. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, consideramos no fim do exercício, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, atendendo a determinação do CPC 48.

2.6. Estoques - Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para o consumo na operação e na administração da Sociedade.

2.7. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar - As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor estiver sido estimado

com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações é provável.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas Leis Tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.11. Reconhecimento da receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais - A Sociedade é parte em alguns processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Fixo	19	1.261
Bancos Conta Corrente	5.486	2.898
Banco Conta Específica	1.427	708.090
Aplicações financeiras	723.863	1.051.575
Aplicações Financeiras Conta Específica	710.560	
	<u>1.441.354</u>	<u>1.763.825</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Os recursos constantes nas Contas Específicas são oriundas do Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

5. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes	4.243.058	3.394.950
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(2.044.070)</u>	<u>(1.747.384)</u>
	<u>2.198.988</u>	<u>1.647.566</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	31/12/2019
Aging list	1.259.614
Títulos a vencer	339.570
Até 30 dias	205.587
De 31 a 60 dias	159.034
De 61 a 90 dias	336.587
De 91 a 180 dias	453.152
De 181 a 360 dias	977.760
Acima de 360 dias	<u>511.753</u>
Renegociações	<u>4.243.058</u>




CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A - CEASA/CE
CNPJ: 07.029.051/0001-95
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019 (Em Reais) (CONTINUAÇÃO)

A Sociedade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. O registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

6. Créditos tributários

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	479.560	253.029
Bancos - Retenções	331.159	291.717
INSS a recuperar	3.393	3.393
	814.111	548.139

7. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos Mantidos ao Custo	42.916	42.916
	42.916	42.916

Refere-se a investimento mantido na empresa OI S.A. e Fundo de Investimento do Nordeste - Finor. A Sociedade não mantém influência significativa sobre este investimento, em função disso, mantém ao valor de custo.

8. Imobilizado

	31/12/2019		31/12/2018		Tx. Dep. Anual a.a.
	Valor	(-)deprec. acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Bens em operação					
Terrenos	363.273		363.273	363.273	
Instalações	3.024.582	(1.855.743)	1.168.840	1.038.933	10%
Veículos	330.534	(323.616)	6.918	12.746	20%
Utensílios Copa e Cozinha	10.390	(5.250)	5.140	6.071	10%
Máquinas, equip. e ferramentas	234.804	(131.989)	102.814	67.065	10%
Móveis e Utensílios	130.628	(70.644)	59.984	16.929	10%
Aparelhos de Telecomunicações	77.152	(67.327)	9.825	36.062	10%
Computadores e Periféricos	464.334	(422.603)	41.730	77.315	20%
Edificações	7.017.855	(4.149.863)	2.867.992	3.127.143	4%
Equip. e Sistema de Segurança	28.160	(1.475)	26.685	8.050	20%
Veículos aéreos não tributados	10		10	-	20%
	11.681.721	(7.028.511)	4.653.211	4.753.587	

9. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo apresentava na rubrica o montante de R\$ 950.134 (dez/2018 R\$ 1.156.566).

10. Obrigações fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF a recolher	63.550	70.996
ISS a recolher	38.011	36.030
Pis e Cofins a recolher	141.436	110.496
Contribuições retidas	55.592	65.575
	298.588	283.097

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
INSS a recolher	100.552	113.297
FGTS a recolher	32.114	35.368
INSS a recolher retenções	77.319	65.469
Remuneração Consad	3.330	-
Rescisões a Pagar	5.687	-
Pensões a Pagar	-	1.000
	219.001	215.134

12. Convênios

Os recursos constantes desta rubrica refere-se a obrigação relativa ao Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 - SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

13. Provisões Cíveis e Trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões servem para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, e estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Sociedade estão provisionadas.

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	30.923	-
Trabalhistas	43.215	-
	74.138	-

A Sociedade possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela

administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 1.263.024,11.

14. Empréstimo de Acionista

Valor referente aportes realizados pelo acionista majoritário, Governo do Estado do Ceará, em específico no exercício de 2012, cujo saldo permanece deste esta data, totalizando o montante de R\$ 1.610.771,68.

15. Patrimônio líquido

(a) **Capital social** - O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 totaliza 823.759 ações, todas de classe única, nominativas. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

Acionista	ON	Total	%Particip
Governo do Estado do Ceará	818.302	818.302	99%
União Federal	5.443	5.443	1%
César Cals de Oliveira Filho	1	1	0%
João de Deus Cabral de Araújo	1	1	0%
Gonçalo Claudino Sales	1	1	0%
Joseberto Romero de Barros	1	1	0%
Vicente Cavalcante Fialho	1	1	0%
Paulo Duboc de Almeida Filho	1	1	0%
José Flávio P. Pessoa Saboya	1	1	0%
Dalton Costa Lima Vieira	1	1	0%
Francisco Nilton de Souza	1	1	0%
Vicente de Paula Gomes	1	1	0%
Prefeitura Municipal de Fortaleza	1	1	0%
Prefeitura Municipal de Baturité	1	1	0%
Banco do Estado do Ceará S/A.	1	1	0%
Clóvis Lima Ferreira	1	1	0%
Total	823.759	823.759	100%

(b) **Reservas legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Não foi constituída Reserva Legal neste exercício, pois o saldo da mesma já corresponde a 20% do Capital Social Integralizado.

(c) **Reserva de Lucros Retidos** - É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a retidos é criada somente depois de considerados os requisitos previstos no art. 30º do estatuto social da Sociedade.

(d) **Dividendos** - Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Sociedade, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

DESCRIÇÃO	2019
LUCRO LÍQUIDO APOS DEDUÇÃO DO IR E CSLL	618.780
(-)COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS/AJUSTES EXERC. ANT.	-
(=)BASE P/RESERVA LEGAL	618.780
(-)CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-
(=)LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	618.780
DIVIDENDOS A PAGAR 25% DO LLA	154.695

16. Receita líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de serviços	20.040.643	18.978.021
Recuperação de Despesas	4.456.696	4.605.286
Deduções da receita		
(-)Cofins sobre receita	(1.203.118)	(1.092.471)
(-)Pis sobre receita	(260.646)	(236.783)
(-)Descontos Incodicionais	(123.419)	(16.078)
	22.910.155	22.237.976

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Custo com pessoal	1.495.007	1.599.291
Serviços prestados	7.672.897	7.435.169
Custo com Materiais	100.605	109.559
Outros Custos	153.319	-
	9.421.828	9.144.020

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	5.521.853	5.960.103
Serviços prestados	5.996.628	5.032.492
Custo com Materiais	215.977	270.057
Depreciações	375.367	449.336
PCLD	297.926	1.726.219
Demais Despesas	37.505	49.080
	12.445.257	13.487.286

19. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	162.409	125.053
Multas Contratais	92.456	53.603
Rend. de aplicações financeiras	-	41.069
Outras receitas financeiras	254.865	219.725





CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A - CEASA/CE
CNPJ: 07.029.051/0001-95

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019 (Em Reais) (CONTINUAÇÃO)

		20. Impostos sobre a renda e contribuição social		31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras					
Despesas Bancárias	74.488	79.151			
Outras despesas financeiras	7.822	6.435	Impostos Correntes		
	82.310	85.586	(-) Imposto de Renda	(124.592)	(104.928)
	172.555	134.139	(-) Contribuição Social	(322.089)	(269.466)

Maracanau-CE, 31 de Dezembro de 2019.

Maximiliano Cesar P. Quintino de Medeiros
Diretor Presidente
CPF: 920.738.673-91

Eduardo Mauro Nogueira Bastos
Diretor Administrativo/Financeiro
CPF: 162.312.953-20

Clóvis Lima Ferreira
Contador - CRC/CE nº. 7756
CPF: 048.760.673-68

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. – CEASA/CE, abaixo assinados, com a finalidade de cumprir as exigências contidas no Art. 163, Inciso VII, da Lei nº 6.404/76 e Inciso II do art. 14 do Estatuto Social da CEASA-CE, em reunião no dia 03 de abril de 2020, tendo analisado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2019, reconhecem e reafirmam a regularidade das demonstrações e aplicações apresentadas, advindas de recursos financeiros arrecadados, dando o parecer favorável e aprovando as contas do exercício de 2019. Maracanau(CE), 03 de abril de 2020.

Sonia Maria Leandro da Silva - PRESIDENTE

ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO - Membro
LIA FERREIRA GOMES - Membro

DENISE MOREIRA DE AGUIAR - Membro
MARCONDES HERBSTER FERRAZ - Membro

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº001/2015

I - ESPÉCIE: DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SEDET; III - ENDEREÇO: Av. Dom Luís, nº 807, 16º andar, Meireles, CEP: 60160-230 Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA REAL SERVIÇOS LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP; V - ENDEREÇO: Rua Ildefonso Albano, nº 2783 – Joaquim Távora, nesta capital, CEP: 60.115-001; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigos 65 e 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Processo Administrativo nº 05685032/2020.; VII - FORO: comarca de Fortaleza; VIII - OBJETO: **SUBSTITUIÇÃO DA GESTORA do Contrato nº01/2015**, Maria Inês Cavalcante Studart Menezes pela Servidora Kátia Cilene Lima Silva.; IX - VALOR GLOBAL: ; X - DA VIGÊNCIA: ; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições do Contrato ora aditado não expressamente modificados através deste Aditivo.; XII - DATA: Fortaleza, 03 de agosto de 2020; XIII - SIGNATÁRIOS: Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna e Josemar Cruz Rolim Esmeraldo - Real Serviços Locação de Mão-de-Obra LTDA-EPP.

Ana Paula S. C. Paranhos
COORDENADORA JURÍDICA

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº004/2019

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - ADAGRI E O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GRANJA - SAAE, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARA; II - CONTRATANTE: A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - ADAGRI, pessoa jurídica de direito público interno, organizada na forma de autarquia especial, com CNPJ nº 07.421.806/0001-00, neste ato representada por sua Presidente, VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS, com RG nº 322730097, SSP/CE, e CPF nº 846.094.193-00, residente e domiciliada em Fortaleza, Ceará; III - ENDEREÇO: Av. José Martins Rodrigues, nº 150, bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.811.520; IV - CONTRATADA: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GRANJA/CE - SAAE**, representada neste ato pelo seu Diretor Administrativo FRANCISCO DAS CHAGAS DE PINHO TEXEIRA, brasileiro, CPF 017.585.273-15 e RG nº 2000098130715, SSP/CE, residente e domiciliado em Granja, Ceará; V - ENDEREÇO: Rua Dr. João Pessoa, S/N, Centro, CEP 62430000, Granja, Ceará, CNPJ: 07.476.369/0001-14; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente no disposto no art. 57, caput, e inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas atualizações posteriores, em todas as informações contidas no Processo VIPROC nº 04495779/2020 e no Parecer PROJU nº 075/2020; VII - FORO: Fortaleza, Ceará; VIII - OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a **prorrogação do prazo** contratual da prestação dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses a iniciar em 31/07/2020, com a complementação do saldo contratual, garantindo o valor global de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para fazer frente ao período da prorrogação, sendo o referido recurso proveniente das seguintes dotações orçamentárias: 56200006.20.122.211.20829.15.33903900.1.00.00.0.20-14734 56200006.20.122.211.20829.15.33903900.2.70.00.1.20-14735; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais); X - DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a iniciar em 31/07/2020; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do CONTRATO nº 004/2019 ora aditado, não modificadas expressamente pelo presente aditivo, ficam ratificadas e em pleno vigor; XII - DATA: Fortaleza, 17 de Junho de 2020; XIII - SIGNATÁRIOS: VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS - PRESIDENTE DA ADAGRI CONTRATANTE e FRANCISCO DAS CHAGAS DE PINHO TEXEIRA - DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE CONTRATADO.

Gustavo de Alencar e Vicentino
PROCURADOR JURÍDICO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ S/A

PORTARIA Nº34/2020 - O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ – CODECE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias previstas no art. 33, VIII, do Estatuto Social desta Companhia, RESOLVE autorizar a advogada **REGINA LÚCIA DE PINHO REGO**, OAB nº 4.405, ocupante do cargo Comissionado de Gerente de Suporte ao Capital Humano, Matrícula nº 112, a **emitir pareceres jurídicos em processos internos administrativos e assinar peças em processos judiciais**, sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo comissionado que exerce na COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ – CODECE. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ – CODECE, em Fortaleza/CE, aos 18 de agosto de 2020.

Roberto Capelo Feijó
DIRETOR PRESIDENTE

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A.

PORTARIA Nº026/2020 - O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A, no uso de suas atribuições legais: RESOLVE: **Reconhecer o pagamento ao SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, pelos cursos ministrados sobre segurança e saúde do trabalho na área portuária, de acordo com a designação feita pela Portaria nº 097/2019, publicada no DOE de 26 de junho de 2019, e conforme orientação do Ministério do Trabalho e Emprego e Cláusula Vigésima Primeira do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019 desta Companhia, com direito a per-cepção da gratificação pelo exercício de magistério prevista no art.132, inciso IX, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, regulamentada pelo Decreto Nº 24.982, de 15 de junho de 1998 e pela Portaria nº 520/2009/SEPLAG. PRESIDÊNCIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP S/A, Pecém, 12 de agosto de 2020.

Danilo Gurgel Serpa
DIRETOR PRESIDENTE

